Biblioteca Centro de Memoria - UNICAMP
CMUHE036600

AÇÃO contesta na justiça a municipalização da merenda: presidente do PSDC questiona não aprovação pela Câmara do convênio com a Ceasa. Correio Popular, Campinas,28 jun. 2002.

Ação contesta na Justiça a municipalização da merenda

PRESIDENTE DO PSDC QUESTIONA NÃO APROVAÇÃO PELA CÂMARA DO CONVÊNIO COM A CEASA

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA

O presidente do Partido da Social Democracia Cristã (PSDC) de Campinas, Ricardo Xavier de Souza, protocolou ontem, na 5ª Vara do Fórum de Campinas, ação popular contra a municipalização da merenda promovida pela Prefeitura. A ação também foi protocolada na Câmara Municipal. A partir da próxima segunda-feira, a Centrais de Abastecimento S.A. (Ceasa) de Campinas assume parte da gestão da merenda fornecida à rede pública de ensino da cidade.

De acordo com o presidente do PSDC de Campinas, a ação visa determinar uma nova licitação para a concessão da merenda. "A Lei Orgânica do Município estabelece que todo convênio deve passar pelo crivo do Poder Legislativo, e isso não foi feito", afirmou Souza. "Não temos nada contra o PT nem contra a prefeita (*Izalene Tiene*). Apenas queremos que a lei municipal seja cumprida", defendeu.

Processo judicial pede que convênio seja anulado

Souza alega ainda na ação que o edital para a municipalização da merenda não exigia o registro no Conselho Técnico de Nutrição (CRN), como prevê a lei municipal. "É por esse e outros motivos que exigimos a nulidade da licitação com a Ceasa", argumentou. Ele afirmou ainda que o partido poderá mover outras ações contra a Prefeitura de Campinas.

A ação contra a concessão da merenda é mais um fato que aumenta a polêmica sobre o envolvimento da Ceasa no fornecimento de alimentos às escolas públicas. Na última terça-feira, o vereador Cid Ferreira (PFL) protocolou na Câmara, com assinatura favorável de 7 dos 21 parlamentares, pedido para a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar o caso. O presidente do Legislativo, vereador Romeu Santini (PSDB), também questiona o fato de o convênio da merenda não ter passado pela aprovação dos vereadores. "Ainda não me convenci que a parceria da Ceasa com a Prefeitura é legal", disse Santini.

A diretoria da Ceasa argumentou no início da semana que a municipalização da merenda poderá gerar uma economia de R$ 294,7 mil ao ano com a concessão dos alimentos para todas as escolas da rede pública, o que só deve acontecer em 2003. A partir da próxima segunda-feira, 73% da merenda passa a ser responsabilidade da Ceasa.

Segundo a Ceasa, o custo anual com a merenda seria de R$ 16,7 milhões com as empresas terceirizadas operando 100% do serviço – valor que cairia para R$ 16,4 milhões a partir da operação da Ceasa. A reportagem tentou contato ontem à noite com a assessoria de Imprensa da Ceasa, por telefone, mas não obteve retorno.